



"Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência."

01 a 05 de
Outubro 2017
SÃO LUÍS - MA

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 696

PERSONAGENS NEGRAS NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA DE 1980 A 2000: REVISITANDO O TEMA

Ione da Silva Jovino – UEPG/UFSCar

Agência Financiadora: PNPd/Capes

Resumo

O artigo apresenta a discussão de pesquisas que tratam do tema literatura infantil com personagens negros, com enfoque na produção de 1980 a 2000. O recorte apresentado é sobre personagens negros na literatura infantil e pretende mostrar a partir disso como há espaço para discussão sobre representação de crianças e infâncias, a partir de revisão narrativa sobre o tema. Ancora-se nos estudos sobre literatura infantil, no conceito de representação dos estudos culturais e na história da infância. As considerações apontam que o período escolhido é concomitantemente acatado como altamente produtivo e constituído por obras consideradas inovadoras, ao mesmo tempo em que dá a ver representações estereotipadas de personagens negros como as produzidas desde o final do século XIX. Finaliza indicando que há espaço para a discussão da criança negra e sua infância a partir da literatura infantil.

Palavras-Chave: literatura infantil, criança negra, infância, representação

PERSONAGENS NEGRAS NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA DE 1980 A 2000: REVISITANDO O TEMA

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta dados de uma investigação¹ que tem como um dos objetivos cartografar pesquisas acerca da literatura infantil produzida entre os anos de 1980 a 2000. Num segundo momento, depois desta fase de levantamento e discussão das pesquisas, pretende-se analisar livros do referido período, buscando discutir a representações de criança e infância, com recorte racial negro, focando obras consideradas inovadoras.

¹ Pesquisa de Pós-doutoramento em andamento, financiamento do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Neste artigo o que se prioriza é a discussão de como o período de 1980 a 2000 pode ser considerado como uma fase de grande efervescência da literatura infantil e porque isso carece de uma discussão pautada pela representação da criança e da infância negra. Tal apontamento nasce de uma das fases da pesquisa que é revisão sobre o tema. Esta indica a existência de obras inovadoras no mercado editorial, no que tange à ressignificação da história e cultura africana e afro-brasileira. Todavia, a ênfase nestas se dá, principalmente, às formas de representação das personagens negras, sem recortes específicos de faixa etária, ao mesmo tempo em que se aventa como positividade o fato de aparecerem personagens com diferentes faixas etárias.

Cabe então, revisitar esse período de transição para problematizar as seguintes questões: o que essas obras enunciam e/ou revelam sobre os rompimentos de estereótipos de representação crianças negras? Quais rupturas acenam? É possível perceber representações contraintuitivas² somente em livros que abordem temática étnico-racial negra e/ou história e cultura afro-brasileira e africana? Que concepções de infância emergem dessas obras, tendo em vista o leitor pretendido?

Por questões de limitação do texto, os questionamentos acima não serão abordados. O recorte a ser apresentado se relaciona ao percurso de representação de personagens negros na literatura infantil e à discussão sobre representação de crianças e infâncias.

As fontes utilizadas são pesquisas disponíveis em banco de dados bibliotecas virtuais de universidades, banco de teses e dissertações da Capes e outras bases de dados (como de grupos de estudos sobre literatura infantil e juvenil, anais de congressos temáticos etc.). Também se buscou artigos e ensaios em coletâneas e periódicos especializados nas áreas de literatura, leitura e educação, e outras dialogam com o tema.

O levantamento teve como função ancorar a revisão bibliográfica que se apoiou em dois principais tipos: de mapeamento e narrativa (ALVES-MAZZOTTI, 2002), com dois propósitos: a construção de uma contextualização para o problema e a análise das possibilidades presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico que deve sustentar as outras etapas da pesquisa.

² Termo utilizado na comunicação, em para designar as propagandas e peças publicitárias em que grupos minoritários protagonizem e sejam representados de forma positivada e livre de estereótipos. Ver Francisco Leite (2009 e 2011).

O artigo pretende mostrar discussão sobre a literatura infantil, focando a representação de personagens negros como objeto de estudo que pode ser ainda revista na perspectiva da história da infância, considerando o recorte escolhido.

LITERATURA INFANTIL – UM GÊNERO LITERÁRIO, UM OBJETO DE PESQUISA

A literatura infantil³ se constituiu como gênero literário durante o século XVII, época em que as mudanças na estrutura da sociedade desencadearam repercussões no âmbito artístico. A arte, incluindo-se aí a literatura, não poderia ficar imune às transformações sociais. Deste ponto de vista, podemos dizer resumidamente que o advento da Idade Moderna, o surgimento da burguesia, a estruturação de um mundo capitalista no qual imperam a livre iniciativa e a concorrência e a Revolução Industrial forjaram um novo tipo de sociedade e de família que tendiam a se preocupar mais com a educação e formação de suas crianças e jovens (JOVINO, 2006).

Na visão ocidental, teria sido a partir do século XVIII que a criança passaria a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta. Dessa forma, haveria uma preocupação específica com a educação da infância e da juventude, que geraria, por sua vez, um cuidado especial com todos os materiais culturais dirigidos a eles, dentre os quais está o livro literário (ou de literatura escolar, com se verá adiante).

Segundo alguns estudiosos da literatura infantil, o que hoje conhecemos como "clássicos" desse gênero literário encontrariam seu nascimento na novelística popular medieval que, por sua vez, teria suas origens na Índia. Desde a segunda metade do século XX estudiosos têm se dedicado a compreender vários aspectos que envolvem a literatura dirigida ao público infantil, suas interfaces com a educação e a infância. É na

³ Por questões de limitação do texto, não se fará discussão profunda acerca da controversa conceituação de literatura infantil. Sinteticamente, cabe dizer que se tem convencionado chamar de literatura infantil aquilo que é escrito para crianças (por adultos, quase sempre). Todavia, alguns autores e autoras há muitos anos têm questionado tal critério, apontando que literatura infantil deveria ser aquilo que as crianças leem (e gostam). Ver, por exemplo, Cecília Meireles (1984) e Gladiomar Saade de Castilhos (2013). Outra controvérsia que não tem espaço aqui são as variações: literatura infantil, literatura juvenil, literatura infanto-juvenil, literatura infantil e juvenil. O foco neste artigo é para a literatura infantil, assim, quando necessária, será feita alguma distinção entre literatura infantil e juvenil, preferindo esta forma que indica a existência dessas duas tendências literárias com públicos distintos: crianças e adolescentes/jovens. Em alguns casos mantenho a forma utilizada por autoras e autores dos textos a que se fizer referência.

década de 1980 que alguns estudos vão se destacar por alçar a literatura infantil à categoria de “Literatura”, aos mesmos moldes e padrões estéticos e éticos considerados para a literatura “adulta”.

Para Turchi (2004, p. 38):

A literatura infantil, como conceito, teve que romper barreiras impostas pela hegemonia do estudo da literatura estabelecida para ganhar algum reconhecimento. Consolidada como gênero e expandindo-se em autores e obras, a literatura infantil faz parte do mapa da crítica institucional e ocupa hoje um espaço importante no mercado de livros literários.

Destacam-se nesse sentido as pesquisas de Zilberman (1981), Lajolo (1982), Lajolo e Zilberman (1984), Rosemberg (1985), Perrotti (1986), Cadermatori (1986), dentre outras.

A literatura voltada para o público infantil e juvenil surgiu no Brasil no final do século XIX e se difundiu no início do século XX, entretanto as personagens negras aparecem com mais evidências ao final da década de 1920 e início de 1930, sempre mostrando suas condições subalternizadas e inferiorizadas. Quando existia, a personagem negra feminina, por exemplo, invariavelmente surgia na condição de empregada doméstica, diversas vezes retratada com um lenço na cabeça e um avental cobrindo o corpo gordo de cozinheira ou babá (NEGRÃO, 1988; NEGRÃO, PINTO, 1990).

Para Gouvêa (2005, p.79), nas “obras elaboradas até a década de 1920, os personagens negros eram ausentes ou remetidos ao recente passado escravocrata, [observando-se] um deslocamento: os personagens negros tornam-se frequentes, descritos de maneira a caracterizar uma suposta integração racial, hierarquicamente definida”. Isso fica evidente a partir da descrição das características físicas e cognitivas das personagens negras, de sua relação com as personagens brancas, sua inserção no espaço social, configurando-se uma visão da temática racial endereçada ao público juvenil.

Algumas pesquisas (COELHO 1991, 2010; SOUSA 2003, 2005; JOVINO, 2006) dão conta de que essa forma de representação só conheceu mudanças significativas a partir da década de 1970, quando surge no cenário brasileiro uma literatura comprometida com uma representação mais realista (mas não menos estereotipada) e, por vezes, violenta da vida social. O resultado seria um esforço programado, calculado para abordar temas até então considerados tabus ou impróprios

para o público infantil e adolescente como, por exemplo, o preconceito racial contra o negro.

PESQUISAS SOBRE LITERATURA INFANTIL DE 1980 AOS ANOS 2000

Sousa (2003) utilizou obras do período buscamos problematizar aqui, analisando quais mantinham e quais rompiam com estereótipos de representação de personagens negras na literatura infantil e juvenil em livros escritos na década de 1990. Sua análise foi focada na “mitocrítica” das obras à luz da mitologia iorubá, com intenção de visibilizar a presença dos mitos afro-brasileiros nas narrativas estudadas.

Sousa (2005, p.191) ao abordar as personagens negras na literatura infanto-juvenil, afirma que:

Da década de 80 em diante, encontraremos alguns livros que rompem um pouco com as formas de representação da personagem feminina negra. Primeiro, esses livros mostram a resistência da personagem negra para além do enfrentamento de preconceitos raciais, sociais e de gênero, uma vez que retomam sua representação associada a papéis e funções sociais diversificadas e de prestígio. Segundo, eles valorizam a mitologia e a religião de matriz afro, rompendo, assim, com o modelo de desqualificação das narrativas oriundas da tradição oral africana e propiciando uma resignificação da importância da figura da avó e da mãe em suas vidas. Terceiro, soma-se a isso o fato de elas serem personagens femininas negras principais, cujas ilustrações se mostram mais diversificadas e menos estereotipadas. Elas passam a ser representadas com tranças de estilo africano, penteados e trajes variados.

Para Souza, Sousa e Pires (2005, p.1), “a leitura da literatura infanto-juvenil pode contribuir com a promoção da igualdade étnico-racial em ambientes educativos. Esta é uma das bandeiras há muito levantadas por ativistas do movimento negro, educadores (as) e pesquisadores (as) envolvidos (as) com o assunto”. No início dos anos 2000 essa discussão ganhou densidade mediante a aprovação da Lei 10639/2003 (posteriormente modificada pela Lei 11.645/08) e do Parecer CNE/CP 003/2004, documentos que instituíram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de Educação Básica.

A aprovação das leis e a inserção de quesitos sobre questão étnico-racial nos editais públicos de distribuição de livros e fomento à leitura, teriam, com efeito, instigado o mercado editorial, fazendo surgir um grande número de obras sobre a temática étnico-racial negra. Todavia, isso não significa que alguns autores não produzissem sobre o tema em períodos anteriores.

É importante ressaltar que trabalhos neste sentido já têm sido feitos, como por exemplo, o de Araújo e Silva (2012), que apresenta um levantamento de obras literárias infantis e análise de seus enredos, ilustrações, características tipográficas, bem como da origem e do pertencimento étnico-racial das/os autoras/es e ilustradoras/es, sobre livros do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) de 2008 a 2012. A análise dos autores aponta elementos que indicam limites e os significativos avanços na literatura infantil brasileira, no que se refere à promoção de igualdade racial. Tais pesquisas são importantes para ajudar a estabelecer categorias de análises em relação aos avanços e ao que estamos chamando de produção inovadora, só que com um olhar voltado aos anos anteriores, que denominamos fase de transição.

Esta perspectiva segue o caminho de outros levantamentos que partem da produção literária no contexto pós Lei 10.639/03. Tais pesquisas asseveram que o contexto pode ter contribuído para o aumento numérico da produção, mas que parte dela tem sido colocada em xeque por algumas investigações quanto à qualidade literária, trazendo à tona antigas discussões sobre esta modalidade de escrita ser ou não literatura, conforme Araújo (2010) e Araújo e Silva (2012).

CRIANÇA, INFÂNCIA E REPRESENTAÇÃO

Nos Estudos Culturais a representação é uma das práticas centrais na produção da cultura. Referenciada nesse campo, entenda-se por representação um sistema de significação ou atribuição de significado a pessoas e coisas por meio da linguagem, cultural e socialmente construídos. Pessoas e objetos não detêm em si um significado fixo, final ou verdadeiro (HALL, 1997). É importante salientar a noção de representação assumida aqui, pois as identidades têm que ser representadas, são significadas por meio da representação (WOODWARD, 2000).

Ao falar de manutenção e rompimento de estereótipo, é importante explicitar que o temos visto como uma forma de representação de identidades (HALL, 2010). Ele permite, por um lado, observar a fixação de grupos em posições cristalizadas, analisar as diferenças vistas como critério para inferiorização. Por outro lado, possibilita apontar o rompimento de padrões hegemônicos de representação, a partir de imagens (e conteúdos outros) que começam a aparecer, de modo a romper com um padrão hegemônico, cristalizado ou inferiorizante de representação (HALL, 2010).

A abordagem da representação da criança e sua infância a partir da década de 1980 impõe uma perspectiva social e histórica, estando, a nosso ver, diretamente ligada à questão da infância e experiência.

Rocha e Gouvêa (2010) notam que existe um acúmulo de pesquisas desenvolvidas no campo da história da infância e que tem possibilitado flagrar uma diversidade de processos históricos, evidenciando que a experiência da infância se diferencia de acordo com categorias sociais definidoras da identidade infantil (ROCHA, GOUVÊA, 2010, p. 189).

Gouvêa (2006) faz discussão importante sobre a multiplicidade de vivências das crianças de diferentes pertencimentos sociais, étnicos(e raciais), religiosos, familiares, de gênero etc. Gouvêa (2006) observa ainda que para analisar a diversidade das experiências infantis é necessário também que se amplie a utilização de diferentes fontes. Para a autora, o campo da história da infância hoje lança mão de diversos tipos de registros, dentre os quais destaca a literatura (de ficção ou de viagem), mas salienta que se deve ampliar a busca pelos signos e artefatos produzidos pelas crianças que auxiliem a compreensão da singularidade de tal ator histórico e suas formas de inserção social.

A construção social da infância se esforça por trazer indícios de mudanças nas visões que os adultos têm das crianças, considerando que a produção material e simbólica analisada (o livro infantil) é sempre sobre e para a criança e nunca de sua autoria. Tal apontamento se relaciona diretamente a uma das especificidades dos estudos sobre infância: o recolhimento e análise dessas produções sobre as crianças.

No âmbito da educação, Zilberman (2008, p. 12) destacou que foi “na virada dos anos 70 para os anos 80 a data em que se intensificaram e expandiram as discussões relativas à leitura na escola e ao papel da literatura no ensino”. *Grosso modo*, pode-se dizer que é uma intensificação das manifestações públicas de insatisfação com o modelo autoritário de governo vigente no Brasil, no momento em que o país caminhava na direção da redemocratização.

É neste contexto que se verifica um movimento amplo, envolvendo, sobretudo pesquisadores das áreas de Letras e Pedagogia, preocupados com os rumos da escola brasileira, a qualidade de ensino, a qualificação do professor e os resultados da aprendizagem, que, transcorrida uma década da reforma da educação brasileira, datada de 1970, se mostravam não apenas insuficientes, mas – e principalmente – alarmantes, já que o horizonte futuro prognosticava piores, e não

melhoramento ou superação dos problemas (ZILBERMAN, 2008 p. 12)

Para Zilberman (2008), iniciativas como a realização do I Congresso de Leitura (COLE), em Campinas, em 1978, do I Encontro de Professores Universitários de Literatura Infantil e Juvenil, no Rio de Janeiro, em 1980, e da Primeira Jornada Sul-Rio-Grandense de Literatura, em 1981, em Passo Fundo, são indicativos de um movimento que passa a estabelecer um lugar de destaque para a leitura e para a literatura voltada ao público infantil e juvenil. A autora reforça ainda que a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil “patrocinava, desde 1974, ações comprometidas com a qualificação das obras dirigidas ao público infantil e com a interlocução entre essa produção e o trabalho do professor”⁴ (ZILBERMAN, 2008 p. 12-13).

O mercado editorial também acompanhou esse movimento, aumentando significativamente as publicações para o público infantil e juvenil, promovendo divulgação destes materiais junto às escolas e professoras/es, distribuindo exemplares dos livros para incentivar professoras/es e escolas a adotarem seus livros como leitura paradidática obrigatória.

Testemunhas oculares, como Cademartori (1986, p. 11), asseveram que a década de 1980 viveu, “no Brasil, o boom da literatura infantil, manifestado através de uma venda sem precedentes de livros para criança, na proliferação de associações voltadas ao incentivo da leitura infantil” e também pelos aspectos já apontados por Zilberman (2008). Todavia, ao revisar pesquisas da época, Araújo (2010) constata que estudos datados em sua maioria das décadas de 1980 e 1990 e apontam a forte presença dos estereótipos e manifestações do racismo de nas literaturas infantil e juvenil.

Outra questão a se pensar é de que forma a revisão sobre o tema pode trazer elementos para se pensar a representação da criança negra e sua infância. Alguns textos evidenciam a pertinência da questão mesmo que (ou exatamente por) não tenham pautado a questão racial. Por exemplo, Zilberman e Lajolo (2007, p.115), analisando obras produzidas entre as décadas de 1920 a 1940, indicam que os textos dirigidos à infância “tiveram grandes dificuldades para compreender – e para traduzir o indivíduo que as consumiria através da leitura”. Assim, a criança apareceria duplamente

⁴ Cabe lembrar que é possível discutir a literatura infantil e juvenil por outras perspectivas, por exemplo, como disciplina escolar, presente na formação de professoras do curso normal, ao magistério, dos cursos de pedagogia aos cursos de letras. Ver por exemplo, Castilhos (2013) e Oliveira (2015).

idealizada, na ficção e como leitor, “pautada pelas expectativas do adulto, que a reduziu à condição pueril e à indigência afetiva e intelectual”.

Para Zilberman e Lajolo (2007, p.115), esse desencontro, que durou bastante tempo, pode explicar “o aparecimento esporádico e descontínuo de obras renovadoras; mas o desestímulo pode ter decorrido do choque com a tendência geral, patrocinadora de personagens idealizadas, seguidamente policiadas pela ética adulta”.

O contexto trazido pelas autoras remete às origens da literatura dirigida ao público infantil no Brasil, que começa a ser publicada nos fins do século XIX e início do século XX. Com fins didáticos, eram publicações destinadas à educação formal, à moralização, ou à evangelização de crianças e jovens.

A urbanização crescente, a exigir uma população identificada com os códigos citadinos, em que as práticas sociais de leitura se faziam necessárias, as reformas de ensino que tinham como um de seus pressupostos o desenvolvimento na criança do gosto pela leitura, a afirmação de uma família burguesa centrada nos cuidados à infância, em termos gerais, tornaram possível a consolidação de uma literatura voltada para o leitor infantil (GOUVÊA, 2005 p.82).

A valorização dos autores chamados clássicos como modelo de uso da língua e também padrão de cultura a ser imitada se relacionava ao ideal de criança e de infância que se educaria por meio do livro, assim como por meio de escola. Pode-se ainda destacar o moralismo e religiosidade, uma vez que os valores que todo bom cidadão deveria ter como honestidade, bondade, respeito aos mais velhos, cumprimento dos deveres, caráter reto, obediência aos preceitos cristãos, caridade, dedicação ao trabalho e à família, dentre outros, também eram presentes nos primórdios da literatura dirigida ao público infanto-juvenil no Brasil.

De fato, na sua gênese, são os livros de leitura usados nas escolas a primeira manifestação consciente da produção de literatura específica para crianças. Havia uma preocupação clara de alguns autores com a apresentação de um mundo fantástico aos pequenos leitores. Num dos prefácios à primeira edição do livro “Poesias infantis” de Olavo Bilac (1904), que não foi publicado na primeira, mas a partir da segunda edição (1929), o autor afirma que:

É um livro em que não há animais que falam, nem fadas que protegem ou perseguem crianças, nem as feiticeiras que entram pelos buracos das fechaduras; há aqui descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever; alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada.

Quanto ao estilo do livro, que os competentes o julguem. Fiz o possível para não escrever de maneira que parecesse fútil demais aos artistas e complicada demais às crianças.

Se a tentativa falhar, restar-me-á o consolo de ter feito um esforço digno. Quis dar à literatura escolar do Brasil um livro que lhe faltava (BILAC, 1929, p.4).

Quando aponta a ausência de animais que falam, fadas ou feiticeira é possível que Olavo Bilac estivesse fazendo referência ao universo fantástico, ao caráter mais lúdico dos textos e faz clara menção aos tipos de temáticas apontadas acima. Retrata um momento da história da literatura infantil e juvenil no qual sua principal preocupação era com a formação do caráter dos leitores nessa faixa etária e com a moldagem dos padrões e normas de comportamento, de certa forma, negando que isso pudesse se dar de forma lúdica ou por meio de histórias fantasiosas demais.

Com a expressão “literatura escolar” Olavo Bilac não só define um gênero literário, como também molda o público a que se destina o artefato material e simbólico. Pode-se dizer que a referida literatura estava a serviço de um projeto mais amplo, no qual a educação colaborava e estava segundo Abramowicz (2007, p.1) “ a serviço da construção da ideia de povo, de raça e de nação e, portanto, entender a maneira pela qual a educação auxilia na construção de processos civilizatórios, especialmente das crianças pequenas”.

No contexto em que foram produzidas, as Poesias Infantis de Olavo Bilac serviram seu propósito maior, que era o de dar acesso às crianças da época, por meio da educação formal, a instruções que serviriam para a formação de indivíduos que pudessem contribuir com o estabelecimento da República brasileira da maneira como a mesma havia sido idealizada no momento de sua implantação. Além disso, a falta de uma indústria editorial, associada à escassez de publicações que pudessem servir o mesmo propósito da obra fizeram com que o livro permanecesse como uma das poucas fontes de acesso à poesia por crianças. Até a segunda metade do século XX não houve muita mudança no que se refere à publicação de livros de poesias infantis, tendo o livro de Bilac sido publicado até 1961 com o objetivo principal de servir como material didático a ser utilizado nas escolas públicas do país. (SACCOMANI 2016, p.3)

Na produção literária das duas primeiras décadas do século XX, na visão de Gouvêa (2005) já havia uma preocupação com a nacionalização da produção, porém

esta se traduzia em textos que falavam do país numa perspectiva marcadamente ufanista, que glorificavam as grandezas do nosso povo e da nossa terra, claramente identificados com a cultura europeia. Tratava-se de desenvolver o sentimento de amor à pátria e, ao mesmo tempo, veicular um ideal civilizatório europeizado (GOUVÊA, 2005, p. 86).

É preciso retornar à história da infância para lembrar que, embora dirigido ao público infantil ou juvenil, a literatura a que nos referimos aqui é produzida por adultos, portanto, definidora do que seja a infância. Lajolo (2003, p.230) aponta que “a infância é sempre definida de fora”.

A relação entre o produtor do texto de recepção infantil (o adulto) e o leitor (adulto/criança) promoveu, em seu nascedouro, uma construção textual e um protocolo de leitura no qual a criança, compreendida como receptor passivo, por meio de personagens modelares, absorve exemplos de bom comportamento e valores a serem seguidos. Por outro lado, aquele que alicerça os modelos – os protagonistas das narrativas – apresenta características vinculadas aos grupos mantenedores do poder, por certo não contemplando a diversidade étnica, silenciando a representação de personagens negras, indígenas, asiáticas, entre outras. (DEBUS, 2012 p.143).

As personagens negras só aparecem a partir do final da década de 20 e início da década de 30, no século XX. É preciso lembrar que o contexto histórico em que as primeiras histórias com personagens negras foram publicadas era de uma sociedade recém-saída de um longo período de escravidão. As histórias dessa época muitas vezes apenas verificavam a condição subalternizada do negro (JOVINO, 2006).

Negras e negros em tais histórias eram personagens tida como s “quase ausente, ou referido ocasionalmente como parte da cena doméstica. Era personagem mudo, desprovido de uma caracterização que fosse além da referência racial” (GOUVÊA, 2005, p. 84). Mudos, quase ausentes ou ainda mantidos nas representações ligadas à escravização, ou retratados no universo escravocrata, como na obra “Contos pátrios”, de Olavo Bilac e Coelho Neto, de 1906, “em que os autores descrevem com ternura a figura submissa de Mãe Maria” (GOUVÊA, 2005, p.84). Quando ela fala, como a Tia Nastácia, escrita por Monteiro Lobato em 1937, por exemplo, esta fala é tomado de todas as desqualificações discursivas imagináveis⁵, posto que ela não fala somente por si, mas com representante de um povo que não faz parte do ideal de povo que está sendo construído.

Lajolo (2003, p.229) traz importante exame da infância a partir de textos literários, começando por lembrar que a criança é “sempre *um* outro em relação àquele

⁵ Em uma das passagens do livro Emília reclama da história contada por Tia Nastácia, invocando os escritores “clássicos” Hans Christian Andersen e Lewis Carroll, ao que Dona Benta responde: “Nós não podemos exigir do povo o mesmo apuro artístico dos grandes escritores. O povo... que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler sabem e que outra coisa não fazem senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulterados ainda”. LOBATO, Monteiro. Histórias de tia Nastácia. São Paulo: Brasiliense, Brasília: INL, 1982, p.18-19. 21ª ed.

que a nomeia e a estuda” e que “das vozes responsáveis pela imagem de infância” (idem, p.232) a literatura, como outras artes encontra destaque.

Comparando o texto “Negrinha”, de Monteiro Lobato, a um texto do escritor do Romantismo José de Alencar, Lajolo (2003) conclui que ambos vinculam o mundo infantil ao mundo animal, evidentemente que não o fazem a partir da representação de qualquer criança, mas das crianças “mestiças, com sangue indígena, ou africano” (idem, p. 241).

Este regresso às origens da literatura dirigida ao público infantil e juvenil é necessário para dizer que esta situação, principalmente em relação a personagens negros, só conheceu mudanças significativas a partir de 1970. Importante trabalho sobre obras do período foi realizado por Piza (1998).

Para a autora, o grande salto temático da literatura infanto-juvenil na década de 1970 se relaciona com a mudança nos conceitos de adolescência e juventude (e infância?). Um discurso emanado da Europa pregava o direito da criança e dos jovens à informação sobre a vida, o que teria gerado uma literatura mais específica para estes públicos, com temáticas “permitidas ou solicitadas pelos leitores”, tanto que, “o projeto literário de alguns escritores e editoras (...) foi optar pelo realismo” (PIZA, 1998, p.145)

Embora muitas obras desse período apresentem uma preocupação com a denúncia do preconceito e da discriminação racial, muitas delas terminam por apresentar personagens negros naturalizados nas representações com as quais pretendiam romper. Essas histórias terminavam por criar uma hierarquia de exposição dos personagens e das culturas negras, fixando-os em um lugar desprestigiado do ponto de vista racial, social e estético. Nessa hierarquia, os melhores postos, as melhores condições, a beleza mais ressaltada são sempre da personagem feminina mestiça e de pele clara (PIZA, 1998).

Algumas considerações

O ponto central apresentado foi a representação de personagens negros na literatura infantil, sua relação com a educação e possibilidade de se rever as pesquisas já feitas sobre o tema para se discutir a representação da criança negra. A partir daí, futuramente se pretene discutir dentro de uma perspectiva histórico-social, a representação da infância negra.

O que os estudos trazidos aqui revelaram é que entre o final dos anos de 1970 até a década de 1990 houve um período de grande efervecência de obras voltadas ao

público infantil (algumas das quais reeditadas até o presente momento). Este período foi visto como propício “para a produção e para a circulação de obras literárias inovadoras, tanto no tratamento temático quanto no discurso formal dessas obras” (FERNANDES, 2013, p. 4).

Asserveramos a possibilidade de pensar o livro de literatura infantil a partir de seu diálogo com a sociedade, contudo, é imperioso lembrar que “a passagem do real para suas representações é mediada por instituições e por discursos que moldam, por assim dizer, as representações possíveis” (LAJOLO, 2013 p.xiii). Neste percurso, é forçoso pontuar que a literatura infantil articula-se, de forma muito direta, a uma poderosa instituição social, a escola (e suas interfaces com políticas públicas de distribuição de livros, de incentivo à leitura etc.), a partir da qual formata sua maneira de cumprir o percurso, que vai do autor aos leitores e da escrita à leitura.

Aferimos que há espaço para pesquisas que possam mapear e examinar a produção que teve como foco a literatura dita inovadora, capaz de romper com um ciclo de quase cem anos de uma representação (ou ausência de) de personagens negros, apresentando discursos contraintuitivos e seus diálogos com a linguagem expressa no livro e para além dele, juntando a isso a discussão da representação de criança e infância. Santos (2014) indicou que a produção sobre o tema relações raciais e infância, apresentada nos grupos de trabalho (apenas dois) da ANPED entre 2004 e 2013, contou com somente nove trabalhos, apresentados em dos quais dois se relacionavam a literatura.

O que se pretendeu com esse artigo foi indicar que há um caminho aberto pelas pesquisas já realizadas sobre o tema e que há espaço para a possibilidade de uma análise que se debruce sobre o livro infantil com recorte étnico-racial negro, na perspectiva da criança e infância, nesse fértil período literário entre 1980 e 2000.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44

ARAÚJO, D. C. Pesquisas sobre literatura infanto-juvenil e relações raciais: Um breve estado da arte. In: **34ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu/MG, 2011. Disponível em: <http://www.34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-35%20int.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

ARAÚJO, Débora Cristina de. **Relações raciais, discurso e literatura infantojuvenil**. 2010, 198f. Dissertação (Mestrado em Educação), Curitiba, Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2010.

ARAÚJO, Débora Oyayomi Cristina de; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. Diversidade étnico-racial e a produção literária infantil: análise de resultados. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p. 194-220. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 10/01/2015.

BILAC, Olavo. **Poesias Infantis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1929. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00292400#page/5/mode/1up>. Acesso em maio de 2014.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, Ministério da Educação, 2003.

_____. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, Ministério da Educação, 2004.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos.

COELHO, Nely Novais, **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**. 4. ed. rev., São Paulo: Ática, 1991. (Série fundamentos; 88).

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 5. ed. Ver. Atual. São Paulo: Manole, 2010.

DEBUS, Eliane Santana Dias. A escravização africana na literatura infanto-juvenil: lendo dois títulos. **Currículo sem Fronteiras**, Florianópolis, v.12, n.1, pp. 141-156, Jan/Abr 2012.

Fernandes, Célia Regina Delácio. Leitura, literatura infanto-juvenil e educação. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <[http://www.uel.br/editora/portal/](http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php) pages/livros-digitais-gratuitos.phpI>. Acesso em: 03/03/2016.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2005.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério, FARIA FILHO, Luciano Mendes, e LOPES, Alberto (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. PORTO: Campo das Letras, 2006, v. 1, p. 21-43.

HALL. Stuart. El espectáculo del “Outro”. In: HALL, Stuart. *Sin garantías. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Popayán-Lima-Quito: Envió Editores-IEP- Instituto Pensar-Universidad Andina Simón Bolívar. [1997]. 2010. p. 419-446. Disponível em: <<http://www.ramwan.net/restrepo/hall/el%20espectaculo%20del%20otro.pdf>>. Acesso em: 23/05/ 2014.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, v.22, n.2, p.15-46, jul/dez. 1997.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 179-217.

LAJOLO, Marisa. Prefácio. In: Fernandes, Célia Regina Delácio. **Leitura, literatura infanto-juvenil e educação**. Londrina: Eduel, 2013. p. xi-xiv.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina . **Literatura Infantil Brasileira**. História e Histórias. São Paulo: Ática, 2007. 6ª ed..

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 3ª ed.

NEGRÃO, Esmeralda V. A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p.86-87, nov. 1987.

NEGRÃO, Esmeralda V.. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988.

NEGRÃO, Esmeralda V.; PINTO, Regina Pahin. **Olho no preconceito**: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças. São Paulo: FCC/ DPE, 1990.

Oliveira, Fernando Rodrigues de. **História do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PERROTTI, Edmir. **O texto sedutor na literatura infantil**. São Paulo: Ícone, 1986.

PIZA, Edith. **O caminho das águas**: estereótipos de personagens negras por escritoras brancas. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 1998.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta.; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Infâncias na História. **Educação em Revista**, Belo Horizonte: UFMG, v. 26, n. 1, 2010, p.187-194

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1985

SACCOMANI, Juliano Antonio Vidal. A poesia infantil e a educação no brasil: caminhos correlatos. **Linguagem**, São Carlos, v. 26(1): 2016. P.1-12.

SANTOS, Aretusa. Infância e relações étnico-raciais nos últimos dez anos de ANPED. In: **IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão**, Rio de Janeiro/RJ, 2015. Disponível em: <http://www.ceduca.com.br/index.php>. Acesso em 01/02/2017.

SOUSA, Andréia Lisboa de . Personagens Negros na Literatura Infantil e Juvenil. In: CAVALLEIRO (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SOUSA, Andréia Lisboa de. **Nas tramas das imagens**: um olhar sobre o imaginário da personagem negra na Literatura Infantil e Juvenil. 2003, 301f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SOUSA, Andréia Lisboa de. A representação da personagem feminina negra na literatura infantojuvenil brasileira. In: **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TURCHI, Maria Zaira. O estético e o ético na literatura infantil. In: CECCANTINI, João Luís C. T. (org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil**: memória de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis: ANEP, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1981.

ZILBERMAN, Regina. O papel da literatura na escola. **Via Atlântica**, São Paulo, Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, nº 14, DEZ/2008 p. 12-22